

Política

Fome Zero acirra debate entre o PT e Garotinho

Do Rio

Um dos carros-chefes da gestão do ex-governador Anthony Garotinho, os restaurantes populares entraram na pauta do Programa Fome Zero, reacendendo as discussões entre o PT e o grupo político do atual secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Este ano, o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) tem disponíveis ainda R\$ 1,4 milhão para apoiar a instalação de restaurantes populares, a maioria construída por prefeituras. Para 2004, estão reserva-

dos R\$ 6 milhões. No Rio de Janeiro, há sete unidades em funcionamento, que servem em média 19 mil refeições por dia.

"Ficamos satisfeitos, orgulhosos, de ver que quem pensava de uma maneira diferente foi obrigado a mudar", diz o secretário de Estado de Ação Social, Fernando William, numa referência às críticas do PT às políticas sociais adotadas por Garotinho e a governadora Rosinha Matheus (PMDB). "Somos acusados de populismo por transferir dinheiro da saúde para projetos assistenciais, mas o deputado (Jorge) Bittar (PT-RJ)

acha que não há nada de errado remanejar dinheiro do Ministério da Saúde para o saneamento e a Bolsa-Alimentação."

Segundo o secretário de Programas de Segurança Alimentar do Mesa, Sérgio Paganini, o ministério apóia — com equipamentos e capacitação profissional — a instalação de restaurantes populares em todo o país. Além dos projetos já em curso em Goiânia (GO) e Imperatriz (MA), o Mesa recebeu consultas das prefeituras de Juazeiro (BA), Maringá (PR), Ponta Grossa (PR), Recife (PE) e Caxias do Sul (RS), interessadas em construir restaurantes. "Não estamos tão direcionados para a construção de grandes restaurantes. Queremos criar uma rede mais pulverizada, a partir de pequenos restaurantes privados", conta Paganini.

Para o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Estudos de Políticas Sociais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), projetos como o dos restaurantes populares não

são necessariamente um exemplo de política social bem focada. "No Rio de Janeiro, há muito marketing em cima do projeto mas não existe uma avaliação formal dos resultados para saber que pessoas são atendidas", analisa Neri.

Embora seja favorável aos restaurantes populares, o deputado federal Chico Alencar (PT-RJ) frisa que não se trata de um programa alimentar sustentável. "É um serviço", sustenta o parlamentar, lembrando que a iniciativa remonta ao Serviço de Alimentação Pública (SAP) do presidente Getúlio Vargas.

"Na época de Vargas, o restaurante popular era uma política complementar dentro de um contexto de avanço da legislação social. Hoje, o contexto é de restrição das políticas sociais. Uma iniciativa como os restaurantes é um retrocesso", opinava o cientista político Renato Lessa, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). (RC)